

L` Europe c`est... Moi?

Teresa de Sousa

Para onde vai a Europa? Foi a dúvida incómoda – e com um timing inesperado – do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros que vieram perturbar a prudência com que a França tinha assumido a liderança rotativa da União Europeia. O “efeito Fischer” acabou por se fazer sentir na estratégia francesa para a conferência intergovernamental. Paris tem agora dois meses para concluir as negociações da CIG, de cujo êxito vai depender a avaliação a sua presidência.

A experiência europeia ensina que, em regra, os pequenos países preocupam-se sobretudo em exercer “boas presidências”, eficazes do ponto de vista europeu, enquanto os grandes tendem a transformá-las em exercícios mais ambiciosos destinados a marcar o (seu) rumo da construção europeia. A experiência mostra também que normalmente são boas as presidências dos pequenos e mais controversas as presidências dos grandes.

A França, que recebeu de Portugal a 1 de Julho a presidência rotativa da União e que se atribui a si própria um excepcional dever de liderança do projecto europeu, não costuma fugir à regra. Mas quem tivesse escutado o primeiro-ministro Lionel Jospin apresentar à Assembleia Nacional francesa, a 9 de Maio passado, os objectivos da presidência teria julgado que, por uma vez, a França renunciava aos “grandes desígnios” com que gosta de marcar a sua política europeia. Jospin foi modesto a definir as suas ambições, concentrando-as na necessidade de concluir a reforma institucional que permitirá à União iniciar o alargamento a Leste. Quanto ao resto, limitou-se a prometer empenho em todas as “figuras obrigatórias” da agenda europeia (prosseguimento da estratégia de Lisboa, com particular atenção à sua dimensão social, política de defesa, intensificação das negociações de adesão dos 12 candidatos, preocupação com as políticas que dizem directamente respeito à vida dos cidadãos).

A prudência de Jospin e mesmo os objectivos limitados inicialmente fixados para a CIG podem talvez justificar-se por razões de natureza interna. O primeiro-ministro tinha de levar em conta a coesão da “maioria plural” que sustenta o Governo, onde coexistem euro-entusiastas e “soberanistas”, mas também uma difícil coabitação com o Presidente da República que parecia aconselhar uma “estratégia minimalista” conveniente a ambos.

O “realismo” francês estava, no entanto, condenado a sobreviver apenas três dias. A 12 de Maio, o chefe da diplomacia alemã, Joschka Fischer, pronunciava o seu já histórico discurso da Universidade Humboldt, em Berlim, relançando o debate europeu na sua dimensão mais fundamental e baralhando as cartas com que Paris se preparava para jogar o jogo nos seis meses seguintes.

Para onde vai a Europa? O que queremos que seja a Europa dentro de 10 anos, quando for constituída não por 15 mas por 25 ou 27 países? Se o conteúdo das propostas de Fischer para responder à sua própria questão não constituiu provavelmente uma surpresa em Paris, o seu timing não foi concertado com os responsáveis pelo Quai d'Orsay nem estava previsto na operação de lançamento do programa da presidência francesa. Nos dias seguintes à intervenção do vice-chanceler “verde” de Berlim foi indifereçável o constrangimento dos responsáveis

políticos franceses, divididos entre a necessidade de estar à altura do desafio alemão e, ao mesmo tempo, de se demarcarem do modelo federal subjacente às propostas de Fischer e impedirem que o debate sobre as finalidades da União "envenenasse" definitivamente os trabalhos da CIG.

A primeira preocupação francesa foi, pois, separar no tempo o debate lançado pela Alemanha — que o ministro dos Negócios Estrangeiros Hubert Védrine classificou de "teológico" — da tarefa, mais pragmática mas mais urgente, de levar a cabo até Dezembro uma reforma institucional cuidadosamente limitada aos "leftovers" de Amsterdão (reponderação dos votos no Conselho a favor dos países maiores, composição da Comissão e generalização das decisões por maioria qualificada) cujo objectivo imediato é, para a França, aumentar o peso dos grandes na formulação das decisões comunitárias.

Mas o "efeito Fischer" não deixou de reflectir-se na estratégia francesa para a CIG. Depois de alguma relutância em complicar a agenda da conferência intergovernamental com um quarto ponto relativo às "cooperações reforçadas", a França deu uma reviravolta de 180 graus, transformando esta questão na pedra-angular da sua estratégia para a reforma institucional. Foi em torno de um entendimento sobre as virtualidades deste novo mecanismo de flexibilidade como forma de, no curto prazo, responder ao problema do alargamento sem risco de diluição e de paralisia da UE que Paris e Berlim acabaram por entender-se sobre uma estratégia concertada para a CIG, indispensável para que a França possa forçar a mão aos restantes parceiros da União.

Este entendimento de curto prazo não esconde, no entanto, as distintas visões dos dois países sobre o futuro da Europa. A visão de Fischer, porventura mais próxima da de Jacques Delors, vê a Europa organizada em torno uma "federação de nações" legitimada por instituições democráticas de natureza supranacional. A França prefere uma Europa assente no poder dos governos e essencialmente legitimada por eles, com uma estrutura institucional de geometria variável conforme os domínios da integração.

Hubert Védrine resume, aliás, de forma clara essa divergência essencial quando responde a Dominique Moïsi no livro "Les Cartes de la France à l'Heure de la Mondialisation": "São propostas duas famílias de soluções. Os pragmáticos, que querem garantir uma mais ampla margem de manobra a alguns Estados desejosos de fazer mais em comum na Europa alargada de amanhã; e os federalistas, que preconizam uma Europa a duas velocidades, sendo o centro constituído por um núcleo duro de alguns países (federação de Estados, centro de gravidade). Escolher uma via ou outra será uma decisão histórica que deverá ser feita democraticamente."

Uma visão mais francesa e menos federalista do futuro da Europa viria a ser apresentada, aliás, por Jacques Chirac diante do Bundestag, no dia 27 de Junho, obrigando o Governo de Jospin a mais alguns exercícios de demarcação, desta vez em relação a um Presidente com o qual "partilha" a condução da política europeia da França. Chirac não deixou passar a oportunidade criada pelo desafio de Fischer para procurar remeter o primeiro-ministro para a sombra (Jospin é o seu principal adversário nas eleições presidenciais de 2002) e abrir espaço para o seu próprio protagonismo na liderança da presidência francesa e na reafirmação do papel da França no projecto europeu. O Presidente defendeu essencialmente o mesmo que Védrine: um "grupo de países pioneiros" dispostos a conceder-se a si próprios uma ampla margem de manobra, tão ampla que pode desenvolver-se à margem dos tratados, para agir em conjunto em áreas como a moeda, a defesa ou a segurança interna. Mas Chirac também surpreendeu toda a gente ao defender um processo constitucional para a União, a lançar imediatamente após a conclusão da actual

CIG.

Circunstâncias adversas

Depois de ter passado pela humilhação de levantar sem glória as sanções políticas à Áustria (foi o país que mais as defendeu), a França tem agora menos de dois meses para concluir as negociações da CIG, de cujo êxito vai depender a avaliação a sua presidência. O tempo é curto, as posições continuam extremadas, o risco de um fracasso ainda existe. Tanto mais que a presidência francesa se viu apanhada na curva de uma conjuntura inesperadamente negativa, que ninguém consideraria possível apenas há alguns meses.

O primeiro sinal de alarme veio precisamente da França, literalmente paralisada pela revolta dos camionistas contra o aumento do preço dos combustíveis. De repente, a sombra de uma nova crise petrolífera voltou a pairar sobre a Europa, evidenciando ainda mais a contínua desvalorização do euro em relação ao dólar e transformando em menos de um mês o euro-entusiasmo justificado pelo lançamento da moeda única, pelo regresso do crescimento sustentado e pela ambição de rivalizar com os Estados Unidos no domínio da Nova Economia num cenário de desorientação e de pânico.

A presidência francesa esfumou-se sob a onda de contestação interna que abalou a França. O Governo de Jospin mostrou-se mais preocupado em satisfazer as exigências dos lobbies dos transportes, com um olho posto nas sondagens, do que em concertar uma resposta europeia aos sinais de crise. O desejo francês de dotar o "Eurogrupo" (o Conselho de ministros das Finanças dos países do euro) da capacidade de coordenação das políticas económicas dos doze e da visibilidade correspondentes a um verdadeiro "governo económico" esgotaram-se em alguns arranjos formais que não tiveram o mínimo impacto na vida atribulada da moeda única.

A Europa à deriva, justamente quando a sua presidência está nas mãos da França, o país que se vê como o grande inspirador do projecto europeu?

O "excepcionalismo" francês

O mundo mudou profundamente nos últimos 10 anos. O fim da divisão em blocos, simbolizado na reunificação da Alemanha, alterou os equilíbrios fundamentais em que assentava o processo de integração europeia e o próprio curso da Europa, obrigando a França a um enorme esforço de adaptação às novas circunstâncias. Paris deixou de ocupar a "posição única de país ocidental charneira entre Este e Oeste" (Védrine na obra citada) e viu o seu papel de liderança política da Europa desafiado por uma Alemanha regressada à plena soberania e pela perspectiva de alargamento da União à dimensão de todo o continente.

Mas não mudou fundamentalmente o modo como a França se vê a si própria, como "uma potência de influência mundial", membro permanente do Conselho de Segurança e do G-8, que tem na Europa um instrumento multiplicador do seu poder. Não a partir de uma visão "pós-nacional" como aquela que caracteriza a Alemanha do pós-guerra, mas a partir da visão clássica de potência, própria dos grandes Estados, que partilha, aliás, com a Grã-Bretanha.

Ao longo da década de 90, Paris manteve-se fiel às opções feitas por François Mitterrand e Helmut Kohl em Maastricht — no último grande acto de liderança europeia exercido pelo eixo Paris-Bona, cujos efeitos condicionaram até hoje a

integração. Cumprido o euro, a França vê hoje no alargamento da União à dimensão do continente e numa globalização de cores fortemente anglo-saxónicas os dois grandes desafios ao seu estatuto europeu e mundial.

O alargamento é visto pela França como uma ameaça à "Europa-potência" (em oposição à Europa-espaço simbolizada nas teses britânicas e escandinavas), que continua a ser o seu grande desígnio europeu.

Essa Europa que a França deseja é um instrumento fundamental da sua liderança no combate, já não contra uma globalização inevitável, mas para "civilizar a mundialização" (Védrine, de novo), representando um modelo alternativo à "americanização" do mundo.

A França quer, pois, uma Europa que reforce o seu estatuto mundial de potência, dotando-se dos instrumentos diplomáticos e militares correspondentes, que preserve o seu modelo social e a sua visão do mundo em alternativa à visão "ultraliberal", individualista e "anglo-saxónica" dos Estados Unidos.

Mas a França aprendeu também a modular a sua natureza de "nação excepcional" e a conciliar a sua visão da Europa e do mundo com a dos seus principais parceiros europeus. Sem esta evolução, a nova política comum de defesa teria sido impossível, bem como uma estratégia comum para a OMC que a União levou para Seattle ou um novo entendimento com a Alemanha sobre um alargamento "controlado" da União. Nesta perspectiva, se as propostas de Fischer não apelam à natureza profunda da França, apelam ao seu racionalismo e ao seu voluntarismo. Porque será, inevitavelmente, de um novo entendimento entre Paris e Berlim que nascerá um novo impulso e uma nova direcção para a construção europeia. Mesmo que a presidência francesa da União venha a cumprir a velha regra de que os grandes países têm em geral maus desempenhos...